

O método da desconstituição do capital e a geografia*

*El método del desconstitución
del capital y geografía*

*The method of the decomposition
of the capital and geography*

Idaleto Malvezzi Aued

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Catarina.
Rua João Pacheco da Costa, 842,
Lagoa da Conceição,
CEP: 88.062-100 - Florianópolis - SC.
idaletom@ccso.ufsc.br

Edu Silvestre de Albuquerque

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
Geografia da UFSC.
Professor da UEPG-PR.
Rua Angelina Joaquina dos Santos, 63,
Barra da Lagoa.
CEP: 88.061-150 - Florianópolis - SC.
silvestre@uepg.br

Resumo: A dimensão geográfica da totalidade social em movimento é apreendida pela dialética materialista. O método da desconstituição do capital permite o desenvolvimento do conteúdo das formas espaciais, onde o capital financeiro representa a filosofia e a empiria das relações sociais globalizadas. A decomposição do capital representa também a desnecessidade do método do materialismo histórico e a superação do método de formação sócio-espacial.

Palavras-chave: Geografia; método; Materialismo dialético; Formação sócio-espacial.

Resumen: La dimensión geográfica de la totalidad social en el movimiento es preñada por la dialéctica materialista. El método de la descomposición del capital permite el desarrollo del contenido de las formas del espacio, donde el capital financiero representa la filosofía y el elemento del empirio de las relaciones sociales globales. La descomposición del capital también representa la no-necesidad del método del materialismo histórico y de la superación del método de formación social-espacial.

Palabras-clave: Geografía; Método; Dialéctica materialista; Formación social-espacial.

Abstract: The geographic dimension of the social totality in movement is apprehended by the materialistic dialectic. The method of the decomposition of the capital allows the development of the content of the space forms, where the financial capital represents the philosophy and the empirico element of the global social relations. The decomposition of the capital also represents the not-necessity of the method of the historical materialism and the overcoming of the method of social-space formation.

Keywords: Geography; Method; Materialistic dialectic; Social-space formation.

* Este artigo alieira tese de doutorado em andamento, provisoriamente intitulada "Os donos da terra e do crédito público nos campos meridionais brasileiros: as ações do BRDF no pampa gaúcho e nos campos gerais paranaenses".

Introdução

A concepção de teoria social crítica na ciência geográfica, e fora dela, gravitou fortemente em torno da dialética materialista, esta compreendida enquanto aplicação de categorias analíticas. As recentes e inovadoras leituras da produção social do espaço, propostas por E. Soja, D. Harvey e M. Santos, dentre outros, estabeleceram novo patamar para uma teoria social e espacial crítica que efetivamente avança no sentido da autonomia do homem, mas que, para seu complemento, ainda necessita de esforços de releitura da obra marxista para a reconstituição do método dialético materialista conforme sua formulação original.

O fracasso do modelo socialista assentado na ideologia do trabalho e do Estado nacional não pode servir de óbice ao resgate da vasta produção marxista no sentido de sua perspectiva emancipatória; obra de resto ainda pouco explorada além de alguns capítulos de *O capital*. Nesse sentido, permanecer nas leituras de Marx como cientista social do século XIX, numa eterna discussão sobre a atualidade de suas categorias analíticas, representa deixar de lado sua rica perspectiva filosófica, capaz de transcender sua época ao elaborar o até hoje mais coerente projeto de emancipação do homem.

A teoria do conhecimento no materialismo dialético

Em nosso tempo, o entendimento da organização territorial, em quaisquer de suas escalas, deve partir do reconhecimento de uma totalidade material (produtiva e social) global e universal. A existência de forças produtivas mundializadas traz ao menos duas implicações para a ciência geográfica moderna. A primeira, de que as interpenetrações e contradições entre os fenômenos econômicos, sociais, políticos e culturais, ao se manifestarem no espaço geográfico, apresentam uma diferenciação territorial explícita; portanto, reafirmando um objeto científico geográfico. A segunda, de que o materialismo dialético, e não o materialismo histórico, representa recurso teórico-metodológico suficiente para estabelecer a lógica da organização territorial no presente:

Enquanto teoria do conhecimento, *O capital* evidencia o processo pelo qual o homem se apropria da realidade por meio da ciência. Nesta, os fenômenos só podem ser conhecidos após os elementos de sua constituição terem sido explicitados em sua plenitude. Assim, o modo de produção capitalista só pode ser apreendido quando atinge seu estágio mais desenvolvido, maduro. No momento em que todas as características componentes da sociedade burguesa estão manifestadas, K. Marx pode se apropriar delas. Daí que o pensamento marxista é apresentado como a abstração capitalista se fazendo teoria. (AUED, 1999, p. 110)

O pensamento marxista afirma a unidade entre o processo de conhecimento e o real, identidade possível justamente quando do momento de desenvolvimento ou maturação dos fenômenos: "após explicitar todos os seus elementos é que o pensamento pode reconstruir fenômenos estudados como abstração". (AUED, 2002, p. 24). Contudo, afirmar a unidade entre realidade e totalidade (SANTOS, 1982) não significa considerar o conceito de espaço geográfico como idêntico ao de processo de globalização, ainda que na atualidade ocorra uma profunda interpenetração entre ambas as noções.

Outro aspecto fundamental depreendido da perspectiva marxista acerca do processo de conhecimento, é que não há distinção, em essência, entre as ciências naturais e sociais. É significativo que, de modo geral, o próprio desenvolvimento das ciências positivas somente pode deslanchar a partir da descoberta das estruturas fundamentais da matéria (o átomo, no séc. XIX, e o DNA, em 1953): a "decomposição" ou "desconstituição" da matéria permitiram avanços contínuos e significativos na área física e biológica.

Analogamente, as ciências econômicas e sociais experimentaram grande avanço metodológico no sentido da compreensão da natureza da sociedade burguesa quando da descoberta dos mecanismos de formação e reprodução do capital, somente possível, justamente a partir da evolução da própria sociedade burguesa (AUED, 2002). Portanto, se o capital se apresenta como fenômeno teórica e empiricamente maduro, basta desconstituirmos ou decompormos seus elementos constituintes presentes. Em outras palavras, apreender o movimento da sociedade na produção do espaço não exige que se percorra a mesma trilha da história.

Para a ciência geográfica, evidentemente de matriz marxista, o processo de desconstituição do capital experimentou uma experiência efêmera com a obra *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin (1980), cujo entendimento das relações econômicas, culturais e políticas manifestadas territorialmente centrava-se na compreensão de mais-valia pela categoria histórica do trabalho. Mais recentemente, Aued (1999, 2002) propôs abordar a desconstituição do capital a partir do capital que tem o dinheiro por mercadoria (MARX, 1862), vulgarmente conhecido como capital financeiro; e cujas implicações geográficas procuramos averiguar a partir do presente artigo.

Desenvolvimento da metodologia da desconstituição do capital

O início do século XIX afirmava a possibilidade de apreensão da natureza do capital em suas formas operantes, destacando o caráter revolucionário da técnica na forma de maquinaria, e gestando as condições preliminares da crescente substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Mas essas eram ainda deduções, exclusivas ao plano do pensamento, posto que a realidade empírica estava confinada ao processo de formação da mais-valia no processo industrial (AUED,

1999). Os empreendimentos capitalistas eram ainda eminentemente individuais e de natureza francamente nacional, razões suficientes para se destacar ainda mais enfaticamente a antevisão do pensamento marxista enquanto sistema filosófico.

Contudo, no transcurso do século XX, a apreensão da natureza do capital transcende amplamente os limites empíricos da fábrica, ao se consolidar por todos os domínios econômicos os elos sociais de produção em detrimento de qualquer empresa ou tarefa individual. Trata-se da formação de verdadeira mais-valia global (SANTOS, 1997a), cimento da articulação das forças produtivas fixadas territorialmente ao mercado mundial e ao sistema financeiro mundial. É esse o sentido da afirmação de que o capital financeiro – o capital que tem o dinheiro como mercadoria – alcança, também enquanto elemento empírico universal, a libertação ou superação das condições de produção (AUED, 1999)¹.

A ciência geográfica, em sua face descritiva moderna, igualmente passou a investir esforços no sentido da aplicação do conceito de redes (algo análogo ao conceito de sistemas de engenharia), na busca da compreensão dos padrões de distribuição dos "fixos" territoriais sob domínio crescente dos "fluxos"². Apreendidos criticamente, os sistemas de engenharia ou redes geográficas – bem como o de "meio técnico-científico-informacional" (SANTOS, 1994)³ –, representam uma espécie de "mapeamento" ou fotografia de um determinado instantâneo do movimento de reprodução ampliada do capital financeiro, em sua capacidade de transplantar territorialmente unidades produtivas completas e moldar quaisquer relações de trabalho locais. Quando David Harvey apresentou o conceito de "*regime de acumulação flexível*", quis dar sentido teórico a essa enorme gama de formas de extração de mais-valia reunidas pelo capital financeiro, em sua capacidade de redesenhar sucessivamente a geografia do planeta:

Surgem novos conjuntos industriais, por vezes a partir do quase nada (como os vários vales e planícies do silício), mas com mais freqüência a partir de alguma mistura preexistente de habilidades e recursos. A "Terceira Itália" (Emília-Romagna) se baseia numa mistura particular de empreendedimentismo corporativo, trabalho artesanal e administrações comunistas locais ansiosas por gerar empregos, e insere seus produtos de vestuário, com incrível sucesso, numa economia mundial altamente competitiva. Flanders atrai capital externo com base numa oferta de trabalho dispersa, flexível e razoavelmente habilidosa profundamente hostil ao sindicalismo e ao socialismo. Los Angeles

¹ A superação dialética não significa um rompimento do capital financeiro com a produção industrial e os recursos naturais, mas a afirmação de uma existência com suas particulares manifestações fenomênicas.

² A teoria de redes representa a emergência de um novo paradigma geográfico que compete com o tradicional paradigma da diferenciação de áreas (SPOSITO, 2001).

³ Em nosso tempo, o "meio geográfico" se faz pela incorporação acelerada de ciência, técnica e informação (SANTOS, 1999). Esse novo meio geográfico representa o atual *locus* ampliado da produção capitalista, para o qual a fábrica produtora de mercadorias contribui apenas com uma parte da realização da mais-valia social.

importa os sistemas patriarcais de trabalho altamente bem-sucedidos do sudeste asiático por meio da imigração em massa, enquanto o celebrado sistema paternalista de controle do trabalho dos japoneses e de Taiwan é importado pela Califórnia e pelo sul do País de Gales. É uma história diferente em cada caso, o que dá a impressão de que a peculiaridade desta ou daquela circunstância geográfica importa muito mais que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais. (HARVEY, 1993, p. 266)

Parece consensual que os fluxos financeiros são as forças estruturantes da produção dos fixos espaciais em nosso tempo. Contudo, quando expressos apenas pela teoria de redes podem induzir análises reificadoras das formas, reproduzindo o formalismo vivenciado pela geração de geógrafos apegados ao conceito-método de região. A quebra da rigidez dos limites da ciência geográfica tradicional não significa *per se* a superação da rigidez das próprias formas geográficas.

A questão da relação entre fluxos e fixos é particularmente complexa. No texto *O Rendimento e suas Fontes* (1844), Karl Marx demonstra que permanecer apenas na forma do capital enquanto dinheiro que cria mais dinheiro (D-D'), também significa reproduzir o fetiche do dinheiro como verdadeiro elo social entre os indivíduos, quando não passa de mera realização da essência genérica alienada dos homens. Como demonstram outros autores de orientação marxista (GORZ, 1995; AUED, 1999), a fantástica capacidade de produção engendrada pela centralização de capitais e pela técnica, negaria crescentemente o papel do homem como agente de produção (tanto de trabalhadores, quanto de capitalistas operantes), afirmando a "incompatibilidade entre a produção social e a apropriação capitalista" (ENGELS, 1892, p. 52). A geografia do capitalismo contemporâneo, portanto, apresenta não apenas uma face de fluxos financeiros e fixos produtivos, mas uma face indissociável de diferenciação e exclusão social, que deve ser igualmente considerada nas pesquisas geográficas para resultar numa geografia completa.

A manutenção das operações produtivas e a incorporação de inovações tecnológicas dependem fundamentalmente do acesso ao sistema financeiro de crédito e/ou aos fundos da dívida pública. Quando K. Marx (1844, p. 284) afirmava que "o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista", traduzia, já à sua época, a imposição do sistema financeiro aos agentes capitalistas produtores: a forma de capital a juros já continha uma expectativa de realização da mais-valia futura (D-M-D').

Sob o domínio do capitalismo financeiro, resta ao capitalista operante (industrial ou agrário) uma fração sempre menor da mais-valia social geral, e com tendência de "proletarização" ou desaparecimento desses agentes (AUED, 1999). Mas na universalização do capital a juros, essa "luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial (...) uma luta pela distribuição do lucro (ou pela mais-valia social geral), pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções"

(MARX, 1844, p. 310), produz uma aparente "autonomia com que as diversas partes se põem diante do processo como [suas] condições" (MARX, 1844, p. 311), permitindo a recriação ideológica da mística da produção e do trabalho como solução para as crises capitalistas.

A universalização do capital financeiro modifica também a natureza das relações sociais de trabalho, unificando todas as suas formas concretas pela abstração do assalariamento. A forma assalariada está, por assim dizer, contida nas relações de trabalho mais simples; todas confrontadas no processo de valorização do capital enquanto formas de extração de sobretrabalho. Ao mesmo tempo, em seu movimento mais geral:

A autonomização do capital financeiro permite a centralização do capital-dinheiro e sua realocação independentemente do processo de trabalho que serviu de suporte para sua constituição. A autonomização da função de engenharia permite a reprodução do capital fixo independentemente do lugar onde sua técnica foi aplicada. (C. PALLOIX apud LIPIETZ, 1988, p. 36)⁴

A universalização das relações de produção capitalistas sob a égide do capital financeiro apresenta uma dimensão espacial pela negação das territorialidades produtivas existentes e pela afirmação ou recriação de outras. Essa espécie de contradição no movimento territorial derivado da reprodução capitalista, isto é, o potencial criativo-destrutivo do capital, impede qualquer homogeneização territorial. Pode-se dizer que o capital, em sua forma de capital a juros, incorpora as qualidades divinas da onipresença, onisciência e onipotência anunciadas pela fé cristã: o capital é onipresente aos lugares e aos povos por apresentar uma condição universal, onisciente por dominar todo o fluxo de informação necessário para seu pleno funcionamento, e onipotente porque a própria existência material de todos os homens depende de sua boa vontade. Contudo, o capital está impossibilitado de atingir essa supraterritorialidade pretendida, sob pena de representar a destruição do mundo terreno e de si próprio.

A unificação campo-cidade e a superação do mito arcaico x moderno

A aplicação do método da desconstituição do capital para a compreensão da realidade brasileira exige a relativização e o questionamento do referencial teórico de gerações de intelectuais brasileiros comprometidos com a tarefa de caracterização de uma "alma especificamente brasileira", desconectada do movimento da história universal das relações capitalistas⁵. A produção de

⁴ A obra citada é PALLOIX, C. Les firmes multinationales et le procès d'internationalisation. Paris, Maspéro, 1973.

⁵ Para Milton Santos (2003, p. 42): "a definição de um lugar pressupõe uma análise do impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes."

mercadorias em terras brasileiras, articulada ao capital a juros, constitui-se na gênese da própria territorialidade nacional, viabilizando e estimulando a embrionária integração inter-regional pela costa marítima, vias fluviais e caminhos ou trilhas⁶.

A atual geração de brasileiros não guarda dúvidas quanto ao caráter moderno das relações de sociais no campo brasileiro, acompanhando os sucessivos recordes de volume e de produtividade alcançados na produção agropecuária nacional, facilitados pelo crescimento da oferta de crédito bancário ao setor rural. Foi assim com as exportações de soja e a produção de trigo para o mercado interno, que experimentaram grande incremento na década de 1970, sobretudo em função da reorientação da política nacional de crédito agrícola para as cooperativas de pequenos produtores rurais. De forma similar, a rápida conquista de mercados mundiais para a produção brasileira de frangos, assentase na disseminação geográfica dos "contratos integrados" entre agroindústrias e pequenos proprietários familiares, cujo êxito expansionista reside na estratégia financeira-industrial de descentralizar a produção. Os atuais volumes de produção e níveis de produtividade no campo brasileiro são viabilizados também pela mobilização dessa vasta gama de relações sociais de produção – e de trabalho – que lhes servem de substrato.

A discussão teórica sobre o *status* capitalista ou semi-capitalista das relações sociais de produção no campo brasileiro perde sentido com o próprio curso do desenvolvimento capitalista, todo ele marcado pela confrontação de diversas formas de extração de mais-valia pelo capital a juros. De fato, o campo brasileiro nasce como realização do projeto mercantil europeu (PRADO JUNIOR, 1945; FURTADO, 1959), organizado para atender as necessidades do mercado mundial (à época, Europa Ocidental), e com a participação do capital a juros no financiamento das atividades produtivas.

Entretanto, como demonstra Adrián Gurza Lavalle (2004), o pensamento político-social brasileiro tem operado através do desenvolvimento de continuidades e rupturas em torno da idéia de *ethos* público, isto é, centrado no enfoque do espaço público a partir da ênfase na vida privada – em oposição ao público – desde os primórdios da colonização portuguesa. Assim, por exemplo, a obra de Nestor Duarte (1966, p. 46) aponta que a organização privada colonial sobredeterminava a organização pública ou política: "(...)a vida social da colônia é, sobretudo, vida de relação civil, própria e exclusiva do convívio do homem com o homem e dos rendimentos e trocas estimulados pelas suas atividades particulares." Já para pensadores como Raymundo Faoro (1958) e Simon Schwartzman (1988), o pólo privado – dos grandes proprietários de terra – aparecia subjugado pelo poder político-administrativo hierárquico e centralizado do Império brasileiro, e depois cooptado pelas instituições republicanas.

⁶ Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), a integração nacional é produto apenas da infraestrutura de circulação moderna.

Afinal, a história política brasileira deve ser vista sob o prisma da extensão do poder privado sobre as instituições estatais ou pela ótica de cooptação de grupos e classes sociais pelo Estado? Defende-se aqui que essa aparente dicotomia do pensamento político-social brasileiro⁷ reporta para um mesmo fenômeno geral, que pode ser representado pela figura de linguagem da "moeda com duas faces", qual seja, a da realização do empreendimento capitalista em terras brasileiras já em condições de mercado mundial e de centralização de capitais. A grandeza do debate (re)inaugurado pelo pensamento político-social brasileiro aponta, não para a argumentação da determinação histórica de um ou outro "pólo", mas no sentido da compreensão das ligações estruturais estabelecidas entre os interesses particularistas dos grandes proprietários de terra e as ações do poder público colonial e depois nacional (organização do monopólio comercial, abastecimento com mão-de-obra imigrante, regulação da produção...)⁸. Estado e iniciativa privada se confundem na história das nações, ainda que possuam suas respectivas margens de autonomia relativa, maiores ou menores conforme cada caso.

Citamos também a obra de Darcy Ribeiro (1995), que aborda a impertinência de ver no Brasil colonial uma elite aristocrática em moldes da existente na Europa e, por extensão, de encontrar "luta de classes" nos trópicos⁹. Ora, claro que a aristocracia europeia foi um fenômeno circunscrito histórica e geograficamente, mas se os capitais a juros europeus já estavam contidos na produção agrícola da colônia brasileira, quais fossem as formas de trabalho mobilizadas para produzir mercadorias nos trópicos, já continham uma dada expectativa de realização de mais-valia. A luta de classes, portanto, é fenômeno mundial que também se expressa no Brasil colonial.

Igualmente problemáticos, o conceito-método de formação sócio-espacial¹⁰ e a "teoria da dualidade" fundamentam argumentos em concepções de história baseadas em "divisões arbitrárias e estanques", seja priorizando a economia nacional e/ou o atraso social, quando toda ela já marcada "pelo signo da mercadoria" em escala mundializada (FIGUEIRA e MENDES, 1977, p. 11). Cabe interrogarmos se também as teses do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 1990) e do feudalismo brasileiro não pecam justamente por deixar de captar as conexões

⁷ O pensamento político-social brasileiro tem bebido da vasta tradição antropológica e sociológica nacional para caracterizar uma especificidade brasileira na relação entre esferas pública e privada (LAVALLE, 2004).

⁸ As reivindicações de determinados segmentos sociais por modernização do Estado e/ou da economia encarnam certa percepção social e política difusa sobre a necessidade histórica de repactuação do sistema político e/ou econômica diante das novas condições de concorrência no âmbito do mercado mundial.

⁹ Para uma lista abrangente, ainda que não exaustiva, dos autores brasileiros cuja idéia de *ethos* público esteve no cerne de suas preocupações, ver a obra citada de Lavalle (2004).

¹⁰ O conceito de formação sócio-espacial (SANTOS, 1977) inspira-se nas formulações de K. Marx e F. Engels para o entendimento das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia enquanto formação econômica e social.

das relações de produção gestadas em terras brasileiras com a acumulação comercial capitalista européia¹¹.

Se o contexto europeu de fato não serve ao Brasil, como desejava Darcy Ribeiro, deve-se ao fato de que por lá o capital mercantil ainda encontrava obstáculos de formações sociais arcaicas, enquanto que por aqui os contatos com os modos de produção primitivos eram apenas externos e esporádicos, sem qualquer embate político (FIGUEIRA e MENDES, 1977). De qualquer forma, em ambos os continentes, a situação social era terrível para os homens mobilizados para a produção de mercadorias: baixas longevidades, altos índices de mortalidade infantil e toda a sorte de morbidades.

A expansão das relações mercantis na forma de grandes empreendimentos agrícolas em terras brasileiras, não logrou empregar diretamente homens livres assalariados, mas transformou os próprios homens em mercadorias produtoras de valor a outrem (FIGUEIRA e MENDES, 1977). Ao não dispor de um mercado de homens brancos livres, o capitalismo estimula nos trópicos a "solução" de jogar índios e negros para fora da zona de moralidade européia, ao transforma-los em propriedade privada dos senhores de terra. Assim, apresentar o rural brasileiro como *locus* do atraso econômico e social¹², representa juntar perigosamente e inverter causa e efeito: a precoce e contínua modernidade econômica do campo brasileiro é que explica a persistência da miséria entre nossa população rural.

Novamente, centrar o olhar no presente auxilia no entendimento da natureza da relação entre modernidade econômica e miséria social. A onda de modernização técnica das propriedades rurais brasileiras, que acompanhou o *boom* das exportações de soja a partir da década de 1970, ocorreu em paralelo à permanência de relações de trabalho não-assalariadas¹³. E não era outra a situação, por exemplo, envolvendo os engenhos de açúcar coloniais, ao associarem modernidade técnica e trabalho escravo. Afinal, a modernização da produção agropecuária brasileira convive, e estimula, com formas não-assalariadas de exploração humana, estas melhor compreendidas enquanto recriações do capital no meio agrário, ao invés de "reminiscências da história". A miséria e a exclusão social campeiam no campo brasileiro, não por conta do atraso das técnicas produtivas ou das relações de trabalho, de resto inexistentes, mas porque representam exatamente a contraface da modernização capitalista.

¹¹ A "teoria da dependência" formulada por Cardoso e Faletto (1970), destacava o crescimento econômico brasileiro como atributo do exterior.

Na versão de Ignácio Rangel (1981), a "teoria da dualidade" opera uma espécie de fusão entre o pensamento marxista e a proposta de desenvolvimentismo nacional. Contudo, ao recriar as velhas estratégias burguesas dos países desenvolvidos, reproduzindo suas contradições específicas, nada representa de novo na história mundial (MARX e ENGELS, 1845).

¹² O mito do arcaísmo rural brasileiro foi imortalizado no imaginário coletivo através de personagens como o "jeca-tatu", criado por Monteiro Lobato; e cuja força explicativa arrefece somente com a aceleração da urbanização nas últimas décadas.

¹³ Milton Santos (1994) é enfático ao afirmar que a técnica precede as relações de trabalho.

Em suma, decompondo os capitais invertidos nos canaviais coloniais ou nos estabelecimentos sojicultores atuais, chegamos a seus elementos constituintes: a geração de mais-valia global e a miséria rural. Se a decomposição do capital evidencia a produção de valor contida nos campos de soja cultivados com trabalho familiar (incluindo trabalho infantil), também nos evidencia a produção de valor contida nos canaviais cultivados com mão-de-obra escrava no período colonial: ambos meras especificidades sociais histórico-territoriais na produção capitalista de mercadorias.

Estado, sociedade e capital

Com todo o progresso técnico incorporado na produção de mercadorias, qual o sentido da luta de classes em nosso tempo? A reprodução social depende da articulação entre capital e Estado, e por esta singela e importante razão, a luta de classes continua plenamente atual:

No sistema capitalista o excedente toma a forma do lucro, é por isto que ele não pode ser redistribuído. Para que ele se torne um fundo social, importantes mudanças econômicas e políticas se impõem. Porque "o aspecto institucional do excedente está intimamente ligado às formas específicas de organização econômica" (TSURU, 1961, p. 210) e quando se fala de organização econômica trata-se também de sistema político.¹⁴ (SANTOS, 2003, p. 157)

O Estado vê-se na contingência de aprofundar a inserção econômica empresarial na economia-mundo, valendo-se do recurso da mobilização de fundos públicos para o financiamento da competitividade da estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, o sistema político é pressionado no sentido de elaborar alternativas institucionais para combater a exclusão social e diminuir a diferenciação de renda entre indivíduos e territórios.

Contudo, cresce no seio da sociedade sentimento de as políticas públicas de desenvolvimento econômico e de promoção social representarem meros paliativos para aliviar a crise econômica e social; mecanismos insuficientes diante da tendência concentradora e seletiva do desenvolvimento capitalista.

A interdependência entre Estado e capital estava contida embrionariamente já no instante que o capital a juros teceu domínio sobre o processo produtivo. Nesse momento, os capitais operantes individuais foram confrontados segundo uma dada expectativa de lucro médio:

¹⁴ Contudo, a solução para as desigualdades sociais não se resolve pela mera "apropriação do excedente" pelo Estado, como propunha Milton Santos (2003, p. 158) ainda na década de 1970: "Se o Estado não é capaz de o fazer, ele permanecerá (...) tributário das grandes empresas quanto à organização do espaço, incapaz de impor uma alternativa à estrutura da economia e de devolver à sociedade o resultado de seu trabalho coletivo."

A baixa da taxa de lucro num determinado ramo a nível inferior à média ideal basta, se prolongada, para afastar o capital dessa esfera, ou para excluí-lo dela o advento de novo capital numa escala média. Pois é mais o advento de novo capital adicional, do que a distribuição do que já foi investido, que equilibra a repartição do capital nas esferas particulares. (MARX, 1844, p. 274)

A efetivação dessa expectativa de lucro exige a reprodução ampliada do capital, para a qual concorre o Estado enquanto agente regulador do mercado e centralizador de capitais através de fundos públicos (com recursos de impostos e de captações no mercado financeiro internacional). A realização da mística da recriação da "máquina produtiva nacional" exige, paradoxalmente, o estreitamento dos laços que amarram o destino nacional ao capital financeiro globalizado; e redundam na renúncia de parte sempre maior da soberania econômica dos Estados nacionais e na implosão de sua "malha de gestão interna" (SOUZA, 1992). Novamente, o Estado assume a função estratégica de avalista do capital financeiro ao estabelecer garantias institucionais para os investidores internacionais.

O sistema financeiro – reunindo agentes privados e públicos – se impõe como paradigma ao desenvolvimento econômico devido ao padrão altamente tecnológico¹⁵ exigido dos novos investimentos produtivos e de infra-estrutura, somente realizáveis a partir de grandes mobilizações de capital, em montantes superiores às possibilidades de um único empreendedor capitalista.

A própria burocracia estatal percebe essa indiferenciação interna no padrão de financiamento estatal-privado, que deve obrigatoriamente ser considerada quando da própria concepção das políticas públicas de desenvolvimento territorial (que não se desejem natimortas). Contraditoriamente, as políticas desenvolvimentistas para as regiões consideradas em "atraso relativo" como o sertão nordestino e a metade sul gaúcha, combatem a "desvalorização regional", causada por investimentos capitalistas passados, com maiores investimentos de capitais no presente¹⁶. Isso equivale dizer que essas políticas públicas já portam o gene do envelhecimento precoce.

O advento de novos regimes de acumulação capitalista traz a ampliação em potência dos problemas econômicos e sociais em relação ao padrão anterior, pois amplia o dinamismo ou flexibilidade das estruturas econômicas em proporção da efemeridade de suas formas produtivas (HARVEY, 1993). A modernização da

¹⁵ Os avanços na biotecnologia e nas pesquisas em geração de energia, dentre tantos outros exemplos, atualizam para nossa época a descoberta de que "a ciência é a última – e depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital" (BRAVERMAN, 1981, p. 138).

¹⁶ "A ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. Hoje é praticamente impossível encontrar em periódicos especializados um artigo teórico ou mesmo uma análise sobre o espaço social visto como um todo. Qualquer consideração de natureza social é rejeitada em nome do pragmatismo, e só se tem tolerância para com o próprio planejamento. Mas quantos economistas e planejadores têm a força de caráter de admitir, como o fez J. Hillborst, que a teoria regional do desenvolvimento não existe?" (SANTOS, 2003, p. 21)

produção no novo regime de acumulação capitalista acirra as contradições fundamentais entre mundo da riqueza e mundo do trabalho, e entre trabalho passado e trabalho presente. Mais detalhadamente, a mecanização e a automatização do processo produtivo resulta, de um lado, na ampliação da riqueza gerada socialmente e apropriada privadamente, e de outro, na maior disponibilidade de tempo ocioso entre os trabalhadores (MARX, 1867; Santos, 1994, AUED, 1999)¹⁷.

Atualmente, a dificuldade de incorporar trabalho ao processo produtivo é de tal monta que ninguém mais acredita na validade da proposição política do "trabalho para todos" contida nas agendas governamentais. Os programas sociais de renda mínima, ainda que criticados por não exigirem a contrapartida moralista do trabalho, são ativados por todo o mundo como alternativa ao caos social anunciado pelo desemprego estrutural. Mas os limites na geração de emprego e no subsídio social estatal demonstram a veracidade do enunciado de que os mortos cada vez mais governarão aos vivos!

O esforço político acaba consumido na procura desesperada por formas produtivas de valorização do capital, julgadas capazes de transformar em sobretalho esse enorme tempo social ocioso gerado na automatização da produção em condições capitalistas; enquanto que "pelo lado dos não-proprietários dos meios de produção, a alternativa de sobrevivência, através da corrupção e da dívida pública, não lhes tem sido favoráveis, pois não integram as redes do poder social vigente." (AUED, 2002, p. 33).

Essa contradição capitalista inconciliável entre produção e apropriação da produção, afirma as relações entre os homens pelo aprofundamento da alienação e da degeneração dos indivíduos (GORZ, 1995; AUED, 2002)¹⁸: "O empobrecimento da classe operária é uma noção que requer uma interpretação mais geral, no sentido do empobrecimento real do homem na sua totalidade, isto é, justamente enquanto homem que tem necessidades e capacidades." (MARX, 1859).

Ainda assim, parte significativa das pesquisas acadêmicas é direcionada no sentido da proposição de alternativas para viabilizar a produção e o trabalho na ordem econômica e social vigente, enfatizando a necessidade de reestruturações econômico-territoriais do tipo "sistema produtivo territorial" (STORPER, 1994; COUTINHO e FERRAZ, 1995), que levem em conta a inserção na economia globalizada (IANNI, 1993; BAUMANN, 1996) ou a valorização de "padrões endógenos de acumulação" a partir de investimentos tecnológicos (PREBISCH, 1964; MATTOS, 1997):

Outro dos refrões básicos dos planejadores é sua insistência em considerar essencial o papel dos empresários e dos inovadores, o que (...) proporciona uma justificativa a priori para se recorrer ao capital e aos especialistas estrangeiros. (SANTOS, 2003, p. 19)

¹⁷ Ver também Robert Kurz (1993).

¹⁸ As propostas de "reestruturação territorial" desenvolvidas por atores sociais não-hegemônicos acabam se defrontando com o sistema econômico e social vigente.

(e sobre as chamadas tecnologias "endógenas" ou "intermediárias"...). De novo outro engodo. Mudar o tamanho das indústrias não significa mudar a proporção entre os fatores, particularmente entre o capital e o trabalho. Além disto, tal solução pode significar um aumento dos custos, enquanto os mecanismos que geram dependência e pobreza permanecem intactos. (SANTOS, 2003, p. 30)

O esforço científico no contexto da produção de valor nada mais pode fazer que jogar para um futuro breve os problemas sócio-territoriais intrínsecos ao desenvolvimento do modelo econômico-tecnológico proposto, pela incapacidade de evitar as novas diferenciações no espaço social e econômico¹⁹. A idéia de "colapso da modernização" (KURZ, 1993), aponta para essa crescente rigidez dos limites financeiros, sociais e políticos, manifestados no próprio desenrolar dos processos de modernização em economias abertas ou fechadas.

A natureza do espaço e a ciência geográfica

A compreensão do movimento da ciência geográfica no sentido da apreensão da realidade pode apresentar cinco momentos ou mediações, em que o subsequente subsume o antecedente: 1) a Geografia Descritiva do fenômeno; 2) a Geografia Analítica do fenômeno descrito; 3) a Geografia que encontra na Crítica a possibilidade de avançar para além do fenômeno; 4) a Geografia que é Analítica, Crítica e avança no sentido do concreto pensado (materialista dialética); e 5) a Geografia que além de Analítica, Crítica e Crítica-Marxista, é transformadora do mundo (AUED e ALBUQUERQUE, 2004).

A Geografia Crítica notabilizou a categoria divisão territorial do trabalho no exato momento em que o mundo do trabalho tornava-se moribundo²⁰. Deixava escapar então a real dimensão social adquirida pela cooperação do trabalho passado, cristalizado nas máquinas-motrizes, e que também "transfere valor para o produto" ao estimular o sobretrabalho (MARX, 1867, p. 19)²¹. O movimento de reprodução da riqueza capitalista, na realização do esforço produtivo, dispensa trabalhadores em contingentes sempre crescentes, o que nega a possibilidade

¹⁹ Apesar de todo o potencial emancipador da ciência e tecnologia aplicada ao processo produtivo, em condições de apropriação privada da riqueza acaba aprofundando as desigualdades sociais: "o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador", transformado em "trabalhador assalariado supérfluo" (MARX, 1867, p. 51).

²⁰ São vários os autores que consideram a diferenciação regional como produto da divisão do trabalho em uma dada formação social (LIPIETZ, 1988; SMITH, 1988; SANTOS e SILVEIRA, 2001).

²¹ A distribuição geográfica do trabalho importa cada vez menos mesmo para aquelas frações do capital que operam com mão-de-obra de baixo custo ou de qualificação específica. Os custos do trabalho representaram para os países da OCDE, em fins dos anos 90, apenas de 5 a 10% dos custos de produção, ante os cerca de 25% dos anos 70 (Gazeta Mercantil, 27.11.97).

de mistificação da região e do lugar enquanto *locus* de reprodução do trabalho (AUED, 2002).

É verdade que, ao destacar a importância adquirida pelo processo de globalização, a ciência geográfica conseguiu apreender a essência da mais-valia global contida nos processos produtivos locais (SANTOS, 1994; 1996). Mais exatamente, a mais-valia global constitui-se num pressuposto da atividade produtiva local, onde "cada lugar é um momento, sempre transitório, que se amplia ou se reduz ou modifica a relação capitalista como produtora de mais-valia." (AUED, 2002, p. 23).

A ciência geográfica avançou também no sentido da compreensão dos novos "nexos territoriais" entre o capital financeiro global e os processos de reestruturação econômico-territorial, sobretudo através da apreensão do significado da técnica (SANTOS, 1994; 1996). Essa possibilidade é aberta na medida que a estrutura técnica dos objetos geográficos abriga determinadas potencialidades e intencionalidades, ou "conteúdo e finalidade" nas palavras de Milton Santos.

Na abordagem aqui proposta, trata-se de desconstituir a participação do capital financeiro até chegar à determinação do conteúdo e finalidades técnicas presentes nos objetos geográficos²². É a partir do movimento ou processo de desconstituição do capital que se pode compreender a razão da natureza técnica das novas formas espaciais, quando se opera a metamorfose da universalidade em singularidades sociais e territoriais. A diferenciação metodológica em relação à obra miltoniana reside justamente nesse deslocamento de percepção da totalidade centrada na categoria formação socioeconômica para uma abordagem da dinâmica do capital financeiro mundializado, desvelando suas complexas relações com os capitais operantes e territorializados (AUED e ALBUQUERQUE, 2004).

Efetivamente, a apreensão do processo de diferenciação territorial contido no movimento de reprodução capitalista não mais se restringe à categoria trabalho (AUED, 2002). Em nosso tempo, a apropriação intelectual da diferenciação territorial produzida no capitalismo seria mais precisa com a noção de divisão territorial da riqueza. Com efeito, a divisão capitalista do território cristaliza um dado instantâneo de ressignificação da hierarquia dos lugares pelo grau diferencial de valorização capitalista dos mesmos (AUED, 2002).

Aceitas essas premissas, acena-se com a possibilidade de compreensão da valorização capitalista dos lugares a partir das potencialidades e intencionalidades do capital financeiro, como campo de estudos fundamental para a ciência geográfica. Para tal empreitada investigativa, o elemento da técnica e o ator estatal constituem importantes "nexos geográficos". No caso específico de nossa tese de doutoramento, optamos pela apreensão do conteúdo das políticas de desenvolvimento executadas pelo Estado brasileiro para as regiões campeiras

²² A ideia de nexos geográficos ou territoriais foi sugerida por João Claudino Tavares, professor do Departamento de Economia da UFMA e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

meridionais²³, e que manifestam o germe da ampliação da diferenciação inter e intra-regional, em razão da seletividade social e territorial ampliada contida nos novos capitais.

Considerações finais

Se a ciência geográfica, evidentemente, não é um saber neutro, trata-se de pensa-la na perspectiva da emancipação do homem. Nesse sentido, a denúncia das ideologias geográficas enquanto meras "legitimadoras da ordem burguesa" (MOREIRA, 1994; MORAES, 1991), representa etapa necessária, mas incompleta. Igualmente, a constatação de que o conhecimento geográfico apresenta-se particularmente múltiplo e contraditório, resultado das próprias condições objetivas (materiais e ideológicas) da existência dos homens (CARLOS, 2002), não nos exime da enorme responsabilidade de filtrar dessa enorme gama de saberes geográficos - e compromissos ideológicos - aqueles capazes de contribuir com o processo de construção da emancipação humana.

Evitar o mal, como sempre, parece tarefa mais fácil. Assim, os geógrafos devem redobrar a atenção ao fazer ciência a partir de fatores empíricos territorializados, evitando os riscos de reificação do espaço e suas escalas²⁴, sobretudo porque nem todos os processos econômicos adquirem manifestação territorial explícita, como evidenciam as operações eletrônicas entre capitais financeiros (D-D').

Mais que isso, é preciso desenvolver a reflexão intelectual acerca do papel da técnica para a produção de valor, e também para além deste. Afinal, a técnica apresenta elementos de negatividade (novas doenças do trabalho e esquizofrenias sociais, ampliação da mais-valia relativa, desemprego estrutural, etc.), mas também de positividade (elevação da produtividade do trabalho social, libertação do trabalho, ampliação da capacidade de movimento, facilitação das comunicações, etc.), sobretudo quando pensada a partir de rearranjos na organização social²⁵.

²³ A concretude do fenômeno regional não representou questão tranqüila para o próprio marxismo (MARKUSEN, 1981). De fato, a teoria dos lucros decrescentes afirma que em economias competitivas ocorre a aproximação das taxas de lucro dos capitalistas individuais, com tendência para a queda da taxa de lucro média. O desdobramento geográfico desse movimento do capital, se seguida a tendência de equalização da renda inter-regional, seria a homogeneização do espaço nacional. Entretanto, mecanismos como a contínua intervenção do Estado acabam por tornar irreal essa visão isotrópica de espaço geográfico.

²⁴ Ver também Carlos Vainer (2001).

²⁵ Somente o reconhecimento de positivities no processo de produção de mercadorias permite avaliar a emergência do ser social emancipado em sua forma embrionária: "A emancipação humana, nesse momento, se dá pela produção social da existência dos homens. Agora, o ser social advém da produção cooperativa no processo de trabalho. Provem da aplicação consciente da ciência, do progresso tecnológico, da exploração planejada do solo, da transformação do trabalho que só pode ser utilizado em comum." (AUED, 1999, p. 124).

A própria reflexão sobre o significado social e a potencialidade emancipatória dos movimentos sociais contestatórios da ordem vigente, deve incorporar a questão de suas relações com as atuais formas técnicas e com o curso desejado de seu desenvolvimento (AUED e GRADE, 2000). Da mesma forma, a ressignificação histórica das experiências, encerradas e em curso, de "socialismo em um só país" remete ao exame das negatividades e positivities contidas em seu desenvolvimento técnico concreto (AUED, 1996).

A seleção das utopias sociais no materialismo dialético passa pela reflexão sobre a nova organização social e sua materialidade correspondente, sem as quais corre-se o risco de cair na tentação de reinvenção da história (e de suas mazelas). Pensar o espaço de transição pode representar hoje uma utopia, e amanhã uma necessidade.

Referências

AUED, Idaleto Malvezzi. Marxismo e Geografia. In: ALBA, R. S. et alii. *O ensino da Geografia no novo milênio*. Chapecó: Argos, 2002. p.13-58.

_____. *Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996 (Tese de doutorado: Geografia Humana).

_____. *Capital e emancipação humana: o ser social*. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (org.) *Educação para o (des)emprego*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.109-132.

AUED, Idaleto Malvezzi; GRADE, Marlene. *O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: fabricando uma nova sociedade*. *Desafio*, Revista de Economia e Administração da UFMS, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.21-35, 2000.

AUED, Idaleto Malvezzi; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *O método da desconstituição do capital e a Geografia*. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Goiânia, jul. 2004.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus-SOBEET, 1996.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papyrus; Editora da Unicamp, 1995.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

- ENGELS, Friedrich. *Socialismo utópico e socialismo científico*. São Paulo: Atena, (1892).
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara; MENDES, M. M. Claudinei. Estudo preliminar. In: BENCI, Jorge S.I. (org.) *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (Livro brasileiro de 1700)*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963 (1959).
- GORZ, André. *Trabalho necessário e racionalidade econômica. Novos Rumos*, São Paulo, ano 10, n. 24, 1995.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KURZ, Robert. *O retorno do Potemkin: capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional*. São Paulo: Globo, 2004.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (1844).
- _____. *O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1862).
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1867).
- _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1980 (1859).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (1845).
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MOREIRA, Ruy. *Um mundo experimentado por inteiro*. Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba, p.571-578, 1994.
- MARKUSEN, Ann. *Regionalismo: um enfoque marxista*. Espaço e Debates, São Paulo, Cortez, 2(1), 1981.
- MATTOS, C. A. de. *La crisis de la enseñanza urbano-industrial y la evolución de las teorías del crecimiento económico*. II Encontro de Pós-graduação sobre Desenvolvimento y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur, Montevideu, 1997.

- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981(1945).
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 (1980).
- RANGEL, Ignácio. *A história da dualidade brasileira*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.1, 1981.
- SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, jun. 1977.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997(1994).
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999 (1996).
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. *Alguns problemas atuais da contribuição marxista à Geografia*. In: SANTOS, M. (org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 131-139.
- _____. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003 (1979).
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M. J. L. *Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites*. *Terra Livre*, São Paulo, n. 10, p.123-139, 1992.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPOSITO, E. S. *A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea*. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 99-112, 2001.
- STORPER, Michael. In: LAVINAS, Lena et alii (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- VAINER, Carlos. B. *As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, v.1, p. 140-151, 2001.